

CALVÃO (1670-1870). ESTUDO DEMOGRÁFICO DE UMA PARÓQUIA TRANSMONTANA. (PERSPECTIVA COMPARADA)

José Alfredo Paulo Faustino

Resumo

No presente estudo procura-se analisar a evolução dos comportamentos demográficos de uma paróquia rural do da região portuguesa do Alto Tâmega, entre 1670 e 1870, revelando-se um «sistema» demográfico influenciado pelas práticas culturais que se caracteriza por um idade tardia ao primeiro casamento, um persistente celibato definitivo, elevados intervalos intergenésicos, baixas taxas de fecundidade legítima e ilegítima e por uma suave mortalidade dos casados maiores de 25 anos.

Abstracts

In the present study we try to analyse the evolution of the demographic behaviours of a rural parish in the Alto Tâmega, between 1670 and 1870, revealing a demographic «system» influenced by the cultural practices which is characterised by an elderly age at the first marriage, definite persistent celibacy, high intergenetic interval, low legitimate and illegitimate fecundity rates, and by a soft mortality of married people above 25 years old.

Résumé

Dans cette étude, on cherche à analyser l'évolution des comportements démographiques d'une paroisse rurale de la région portugaise du Haut Tâmega, entre 1670 et 1870, s'agissant d'un «système» démographique influencé par les pratiques culturelles, qui se caractérise par un âge tardif au premier mariage, un célibat définitif persistant, des intervalles intergénésiques élevés, un bas taux de fécondité légitime et illégitime, ainsi que par une mortalité modérée des mariés ayant plus de 25 ans.

1. Introdução

Foi-nos particularmente grato e motivador consagrar o presente estudo à população e sociedade da paróquia rural de Calvão, freguesia do concelho de Chaves,¹ trazendo à luz informação vital disponível, da nossa paróquia de origem, por forma a conhecer, compreender e explicar a evolução dos comportamentos demográficos e suas conexões sociais, marcadas pelas suas normas, valores e padrões de vida. O facto de serem terras ainda não estudadas e situarem-se entre o Nordeste Transmontano e do Minho, quadros demográficos já estudados, aguçou-nos a curiosidade a fim de analisarmos a evolução dos comportamentos demográficos, tendo sempre em vista a sua comparação com os resultados já encontrados para essas regiões.

O nosso trabalho assenta no recurso às fontes paroquiais, registos de baptismo, casamento e óbito, e escrituras de testamento. O facto das fontes não terem lacunas ou hiatos significativos nas séries cronológicas ao longo de duzentos anos, à excepção de uma falha de três anos nos assentos de casamento, constituiu a principal razão da sua escolha. A sua integridade é das mais completas da região e os livros encontram-se em razoável estado de conservação. A dimensão adequada da paróquia a este tipo de monografia² foi outra razão de eleição tendo em conta o tempo de que dispúnhamos.

A metodologia por nós utilizada de «*Reconstituição de Paróquias*» permitiu-nos elaborar «*fichas de família*» e, seguidamente, acompanhar o percurso vital de cada indivíduo residente na paróquia.

Depois de reconstituída a paróquia e organizada a «*base de dados*», ficámos na posse do percurso vital de cada indivíduo residente, em encadeamento genealógico, num total de 4420 fregueses, com as histórias reprodutivas de 1109 famílias e com a estruturação demográfica da sociedade da paróquia. Esta base de dados, uma vez aberta, possibilitou-nos, ainda, fazer o cruzamento com informações obtidas dos testamentos, enriquecendo, por um lado a trajectória vital do indivíduo e a constituição dos agregados domésticos e, por outro, permite-nos pensar em análises multidisciplinares, colocando-nos novos

1 Veja-se o mapa nº 1.

2 «Le «bon» village, celui qui a les meilleurs chances de retenir l'attention de l'historien démographe, a généralement une population comprise entre 500 e 2000 habitants». (Dupâquier, 1984: 112).

problemas e novas questões. Com base nesta metodologia fica ao nosso alcance o salto para a História Social e das Mentalidades, ainda que estas exijam outros recursos e outras valências.

2. A Nupcialidade

O casamento é um acto social, por princípio voluntário, que pode ser considerado como um contrato jurídico, e também um sacramento para os católicos, a que Santo Agostinho atribuíra três bens: «*proles*» (descendência), «*fides*» (fidelidade) e «*Sacramentum*» (sagrado). Também Santo Tomás de Aquino via no casamento o gerador de «*laços de parentesco que permitirão ao filho integrar-se na sociedade*» (Flandrin, 1991: 187-188). Ele é, sem dúvida, numa sociedade pós-tridentina, o fundamento de uma célula familiar cuja função essencial é a reprodução.

Contudo a nupcialidade não é uma variável microdemográfica cujo seu aumento ou diminuição afecte directamente a dinâmica populacional. Não obstante, ela intervém nessa dinâmica indirectamente através da natalidade (Nazareth, 1988: 291).

Por questões metodológicas, iniciámos o estudo analítico abordando, em primeiro lugar, a nupcialidade dada a sua interdependência com os demais fenómenos demográficos. Por outro lado, desde que, em 1965, John Hajnal formulou a tese do padrão «*europeu*» de casamento, muitos são os estudos que dão importância ao matrimónio na regulação do equilíbrio na sucessão das gerações do Antigo Regime. Deve-se, em primeiro lugar, aos trabalhos de Hajnal, como já referimos, depois a Wrigley e Coale, e, mais recentemente, a Dupâquier, entre outros, a demonstração do papel fundamental da nupcialidade como variável-chave das matrizes demográficas nos regimes demográficos tradicionais e de transição. Tê-lo-á sido em Calvão?

Apesar disso, e sem negarmos a importância da nupcialidade, somos da opinião, na mesma linha de Norberta Amorim, que «*tanto a mortalidade como a mobilidade podem ter, no período, efeitos mais imediatos e decisivos*» (Amorim, 1992: 89)³ na dinâmica populacional das sociedades do passado.

3 Veja-se Moreda, 1980: 60-61. «La crisis demográfica, en las poblaciones antiguas, era la principal forma de manifestarse el mecanismo del cambio demográfico».

2.1. *A idade média ao primeiro casamento*

Tendo em conta que as primeiras núpcias marcam normalmente o início do ciclo reprodutivo, inclinámo-nos por começar o nosso estudo pela análise da idade média ao primeiro casamento, tendo presente que a idade da mulher ao contrair matrimónio, pesa muito mais, sob o ponto de vista demográfico, que a do homem, uma vez que o umbral da sua vida reprodutiva se situa abaixo dos 50 anos de idade. Pelo que, uma mulher que case tardiamente vê a sua capacidade reprodutiva substancialmente diminuída, constituindo, assim, «*a verdadeira arma contraceptiva*» no dizer de Pierre Chaunu (Marcílio, 1984: 180). Assim sendo não ficará, a fecundidade, prisioneira dos hábitos sociais e culturais das populações do passado?

Em observação longitudinal analisámos o comportamento das gerações nascidas, em cada dez anos, entre 1680 e 1819.⁴ De uma breve análise do quadro e do gráfico «*Idade Média ao Primeiro Casamento - médias móveis de 3 décadas, por gerações*», podemos constatar, como nota dominante, a grande dificuldade de acesso ao matrimónio, quer por parte do sexo masculino, quer do feminino, traduzindo-se numa idade média global de acesso ao primeiro casamento de 28,9 para os homens e de 28,2 anos para as mulheres, o que nos leva a considerar a ideia de Dupâquier de que «*a natureza dispõe de um travão demográfico particularmente eficaz: o atraso da idade ao casamento*» (Dupâquier, 1972: 192).

É interessante verificar que as mulheres nascidas em Calvão casavam, em média, com mais três anos do que os homens, situação que se mantém até meados do século XVIII. Este procedimento, de atrasar a primonupcialidade feminina, trouxe naturalmente importantes implicações nos níveis de fertilidade e na diminuição da convivência conjugal. Em Poiares (Amorim, 1983/4: 544-547), por exemplo, entre 1680 e 1739, a idade média ao primeiro casamento era de 28 anos para os homens e de 25 para as mulheres, enquanto que em Guimarães, zona rural (Amorim, 1987: 75-111), as primeiras núpcias se celebraram por volta dos 26,5 anos, em média, para

4 Na análise deste comportamento, foram somente considerados os indivíduos com data de nascimento conhecida e com idade ao casamento compreendida entre 12 e 50 anos, idade a partir da se convencionou que o indivíduo não casaria vez alguma. (Amorim, 1992: 90).

QUADRO 1

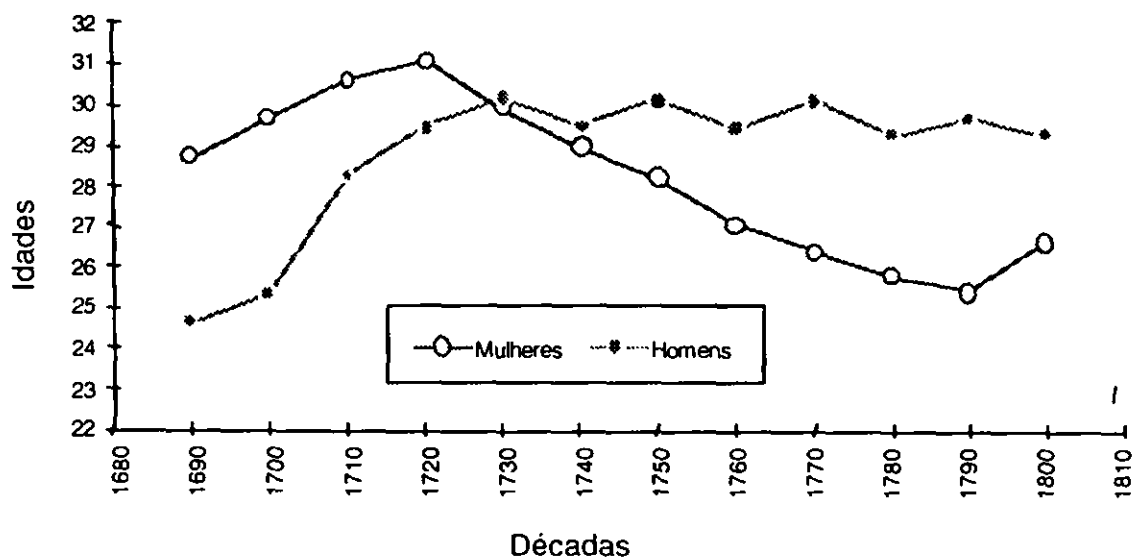
*Idade média ao primeiro casamento. Gerações nascidas de 1680-1819
(períodos decenais)*

Períodos	Idade da Mulher		Idade do Homem	
	Nº Abs.	Idade Média	Nº Abs.	Idade Média
1680-89	18	30,8	11	25,8
1690-99	18	26,1	13	22,2
1700-09	19	27,7	12	24,8
1710-19	20	33,4	11	27,9
1720-29	19	29,0	14	30,1
1730-39	22	29,4	19	28,7
1740-49	21	29,9	15	30,5
1750-59	20	25,9	16	27,9
1760-69	21	27,3	15	30,5
1770-79	28	26,5	27	28,7
1780-89	29	24,2	22	30,1
1790-99	18	25,2	26	27,9
1800-09	31	25,4	20	29,9
1810-19	42	27,1	38	28,9

ambos os sexos. O que justificará esta dificuldade no acesso ao casamento por parte da mulher da paróquia? Uma emigração diferencial que afecta mais os homens? Ou, uma mortalidade infantil mais penalizadora do sexo masculino?

GRÁFICO 1

*Idade Média ao Primeiro Casamento. Gerações nascidas de 1680-1819
(médias móveis de 3 décadas)*



Uma segunda constatação é que, para as gerações femininas nascidas entre 1730 e os finais do século, a idade média ao casamento baixa para valores próximos dos 25 anos, enquanto que a dos homens estabiliza à volta dos 29 anos. Assim, contrariamente às gerações anteriores, os homens passam a casar mais tarde e as mulheres mais cedo.

A persistência de um matrimónio tardio, em Calvão, questiona-nos, desde já, sobre os factores que condicionaram o acesso à formação de uma nova célula do organismo social. Estaremos perante um dispositivo cuja finalidade era manter o nível de vida dos «*agregados familiares*» e do crescimento da população? Serão eles fruto das condições sócio-económicas, onde pesa o sistema de herança? Ou, teremos que procurar a explicação na variação de outros fenómenos demográficos: mobilidade diferencial e mortalidade?

2.2. O Recasamento

Podemos dizer que o processo reprodutivo da sociedade de Calvão assenta fundamentalmente em agregados constituídos por nubentes que só conheceram o estado civil de solteiros, relegando para um segundo plano os que foram fruto do recasamento de um dos cônjuges, pelo menos, com 12,9% do sexo masculino e 5,4% do feminino. Pelo que, na linha de Alain Bideau (1984: 55), o recasamento não assume papel relevante na renovação das estruturas demográficas das paróquias, sendo aqui em Calvão deveras evidente.

QUADRO 2
Recasamento (em percentagens).

<i>Periodos</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
1670-1729	14,0	1,0
1730-1779	18,0	5,3
1780-1829	11,8	10,3
1830-1865	8,7	4,9
Totais	12,9	5,4

Não obstante, o comportamento nupcial da paróquia segue na generalidade os padrões da região definidos por Norberta de Amorim, da seguinte forma: «*maior frequência de casamentos entre*

solteiros, depois entre viúvos e solteiras e só depois entre nubentes igualmente viúvos» (Amorim, 1987: 131). Com efeito, as viúvas sentiram mais dificuldades em recasarem-se que os homens, estando sujeitas a uma série de preconceitos de ordem moral e religiosa. Segundo S. Paulo, às viúvas estava reservado o papel de cuidar dos seus filhos.⁵

As razões dos homens recasarem com maior facilidade prende-se, a nosso ver, com as dificuldades que eles tinham em «*governar a casa e tratarem dos seus filhos*». A nova esposa ajudar-lhe-ia, certamente, a criar os filhos, se os houvesse, e a administrar a casa, enquanto ele continuaria dedicado às fainas agrícolas, base do sustento do agregado doméstico. O viúvo preferia recasar com raparigas solteiras, atingido 11,5% do total de casamentos registados na paróquia e somente 1,4% consorciaram-se com viúvas.

Já pouco significativo é o recasamento de mulheres viúvas com rapazes solteiros, cuja frequência média global se fica pelos 3,9%, bem inferior aos 6% registados por Norberta Amorim nas três paróquias transmontanas.

Em síntese, a fraca expressão do recasamento em Calvão, de 9,1%, é bastante mais baixa que nas três paróquias transmontanas, situada acima dos 19%, para o século XVIII (Amorim, 1983/4: 543). Não obstante, situa-se muito próxima dos valores registados na zona rural de Guimarães, de 11,7%, e dos 11,4% verificados nas três paróquias do Sul do Pico (Amorim, 1992: 98-99).

2.3. O Celibato Definitivo

Para analisarmos o fenómeno do celibato definitivo, isto é, aos 50 ou mais anos, precisámos de seguir a trajectória de vida do indivíduo desde o seu nascimento até ao momento da sua morte, conhecendo a sua idade e o seu estado civil. Só a partir da reconstituição da paróquia é possível dominar tais pressupostos, tarefa nem sempre fácil de realizar e não isenta de escolhos incontornáveis.

5 «Honra as viúvas, as que são verdadeiramente viúvas. Se a viúva tiver filhos ou netos, que ela lhes ensine, antes de tudo, o respeito filial para com a própria família e a retribuir aos pais os cuidados que deles recebem, porque isto é agradável aos olhos de Deus. Aquela que, pelo contrário, só pensa nos prazeres, embora viva, está morta». S. Paulo, 1ª carta a Timóteo, 5, 3-6.

Uma abordagem do celibato definitivo, em observação longitudinal, exige que se excluam as gerações nascidas nos últimos 90 anos da observação, dado que a percentagem de falecimentos acima desta idade é insignificante, se pretendermos garantir o controlo sob o óbito de todo o indivíduo da paróquia. Deste modo só nos foi possível estudar o fenómeno para as gerações nascidas em Calvão entre 1680 e 1775.

Assim, com base nos dados que obtivemos, construimos o quadro «*Celibato Definitivo, por Sexos*», para dois períodos, considerando todos os indivíduos que possuíam 50 ou mais anos à data do seu falecimento.

QUADRO 3
Celibato Definitivo, por Sexos

<i>Períodos</i>	<i>Homens</i>			<i>Mulheres</i>		
	<i>Totais</i>	<i>Solteiros</i>	<i>%</i>	<i>Totais</i>	<i>Solteiras</i>	<i>%</i>
1680-1709	36	13	36,1	71	32	45,0
1710-1739	49	5	10,2	69	25	36,2
1740-1775	50	5	10,0	55	8	14,5
Totais	135	23	17,0	195	65	33,3

Numa primeira análise dos dados verificamos que 26,6% dos indivíduos da paróquia ficaram definitivamente solteiros, 17% do sexo masculino e 33,3% do feminino. Porém, este comportamento não foi uniforme durante toda observação, distinguindo-se claramente duas tendências: as gerações nascidas entre 1680 e 1709 foram as mais excluídas do casamento, com uma taxa robusta, de 42,1%; as gerações seguintes tiveram menores dificuldades em fundarem uma nova célula familiar, mormente as nascidas entre 1740 e 1775, ficando-se somente pelos 12,4% de solteiros.

Verificámos, para toda a observação, que as mulheres foram mais afectadas do que os homens, perdendo 33,5% do seu potencial reprodutivo, contra 17,0% do sexo masculino. Ressalta, ainda, a existência de um celibato definitivo muito forte das gerações femininas nascidas entre 1680 e 1709, e de 1710 a 1739, com 45,0 e 36,2%, respectivamente. Como justificar a existência de um celibato feminino sempre mais elevado que o masculino?

A proporção de homens solteiros, de 36,1%, encontrados para as gerações nascidas entre 1680 e 1709, no momento em que o «mercado» lhes era favorável, leva-nos a pensar que não seria somente o desequilíbrio demográfico que teria afectado o acesso ao casamento, mas também factores de ordem sócio-económica e até culturais, a que procuraremos estar atentos.

Se compararmos estes valores com os encontrados para as paróquias transmontanas (Amorim, 1983/4: 217-218), e para zona rural de Guimarães (Amorim, 1987: 357-358), deparámos com taxas de celibato, para os períodos em causa, bem inferiores às de Calvão, para ambos os sexos. «*Em Poiares, o celibato definitivo entre os homens oscilou de 10 a 13% e entre as mulheres de 14 a 16% para as gerações nascidas de 1650 a 1760*» (Amorim, 1987: 357), enquanto em Guimarães, zona rural, as taxas teriam oscilado entre os 7%, no Século XVIII, e 5% no início do seguinte, para os homens, e para as mulheres rondaria os 11 %. Mas quando confrontadas com taxas encontradas para paróquia minhota de Alvito S. Pedro (Miranda, 1993: 92) de «37% para os homens e 49% para as mulheres», verificamos que se ficam muito aquém, para toda a observação.

O Celibato definitivo apresenta-se, assim, como um forte agente delapidador do potencial reprodutivo da paróquia de Calvão, mormente para os períodos de Seiscentos e de Setecentos. Como explicar estas taxas de celibatários? Nas dificuldades de acesso à propriedade que assegurasse os meios de sobrevivência a um novo agregado familiar? Numa tradição económica-cultural que pautava a tendência à preservação do património familiar? No desequilíbrio demográfico resultante de uma maior mobilidade do sexo masculino?

3. Fecundidade

A importância deste comportamento terá, no dizer de Dupâquier (Moreda e Reher, 1988: 38), levado os pais da Demografia Histórica, a inventar o método de reconstituição de famílias. Com efeito, a conjugação de uma série de mecanismos, conscientes ou não, dos comportamentos individuais ou colectivos, nas sociedades do Antigo Regime, ajustam-se por forma a regular a capacidade reprodutiva, dita grosseiramente de «natural», variando consideravelmente segundo as populações (Bideau, 1984: 56-63). Para além disso, há que perguntar se para essa variabilidade do

fenómeno, nas sociedades rurais do passado, não terão, também, contribuído factores de ordem económica, cultural e até política.

Para estas diferenças de fecundidade, em ausência de um «*birth control*», segundo Roland Pressat, terão sido responsáveis os matrimónios mais ou menos tardios, a variação da duração do período de lactância, a saúde da população e eventualmente a frequência e gravidade das afecções venéreas (Pressat, 1985: 93).

Com o propósito de melhor compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva dos casais da paróquia de Calvão, entre 1670-1865, deitámos mão de alguns indicadores que nos permitiram analisar os seus ritmos, as rupturas, as descontinuidades e as permanências.

3.1. *Taxas de Fecundidade Legítima*

Para determinar as taxas de fecundidade legítima, que representa o número médio de filhos por cada ano de vida conjugal (por mil mulheres), sentimos necessidade de estabelecer, primeiramente, uma periodização que, por um lado, nos perspectivasse alterações comportamentais dos ritmos reprodutivos, que se foram estabelecendo no quadro da paróquia rural em estudo, e, por outro, nos permitisse encontrar uma repartição equilibrada do volume de observações.

Depois de várias tentativas, e dada a semelhança de comportamentos, decidimo-nos por uma periodização, cujo «*eixo temporal*» separa o século XIX dos anteriores, que aplicamos aos três principais indicadores: taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, descendência teórica, e idade das mães ao nascimento do último filho, em famílias das quais conhecemos a data de nascimento da mãe, a data do casamento e o fim da convivência do casal. No cálculo das taxas de fecundidade legítima só foram consideradas as famílias cuja união durou cinco ou mais anos.

Porquanto, o primeiro indicador escolhido foi a taxa de fecundidade legítima por grupos etários, para idades ao casamento compreendidas entre os 15 e os 49 anos, como se pode verificar pelo quadro e correspondente representação gráfica.

QUADRO 4

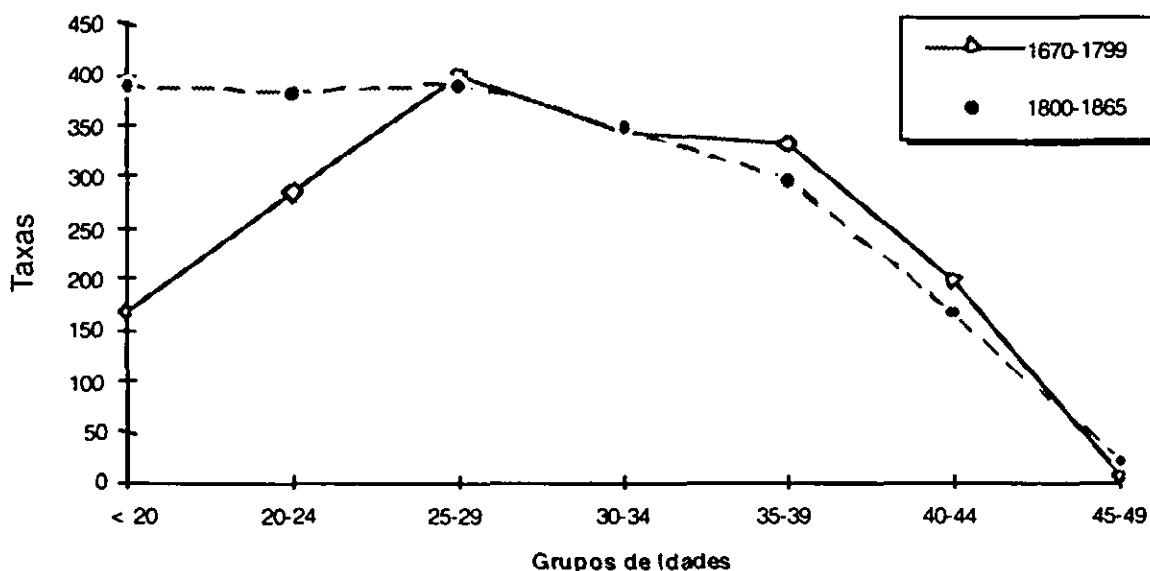
Taxas de Fecundidade Legítima por Grupos de Idades e Descendência Teórica

Períodos	Nº Obs	Grupos de Idades							D.T.a)
		< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1670-1799	156	167	284	399	345	331	198	6	7,82
1800-1865	126	388	379	390	345	296	165	22	7,99
1670-1865	282	330	335	395	345	317	185	12	7,95

a) Descendência teórica.

GRÁFICO 2

Taxas de Fecundidade Legítima por Grupos de Idades (1000 Mulheres)



Da sua observação podemos notar que a evolução do comportamento da fecundidade legítima, segue um modelo que diríamos único, em forma de «chapéu»: com uma fecundidade crescente até atingir um máximo no grupo de idades entre os 25 e os 29 anos, declinando a partir deste cúmulo até atingir valores próximos de zero, nas últimas idades observadas.

Constatamos, ainda, que entre as gerações casadas nos dois períodos, de 1670-1799 e de 1800 a 1865, não nos parece haver grandes vacilações de comportamentos, excepto para as mulheres que viveram casadas antes do 25 anos, para as quais se verifica uma fecundidade mais forte no século XIX, como se a «menarca» se iniciasse mais cedo, indiciando, assim, uma «maturidade reprodu-

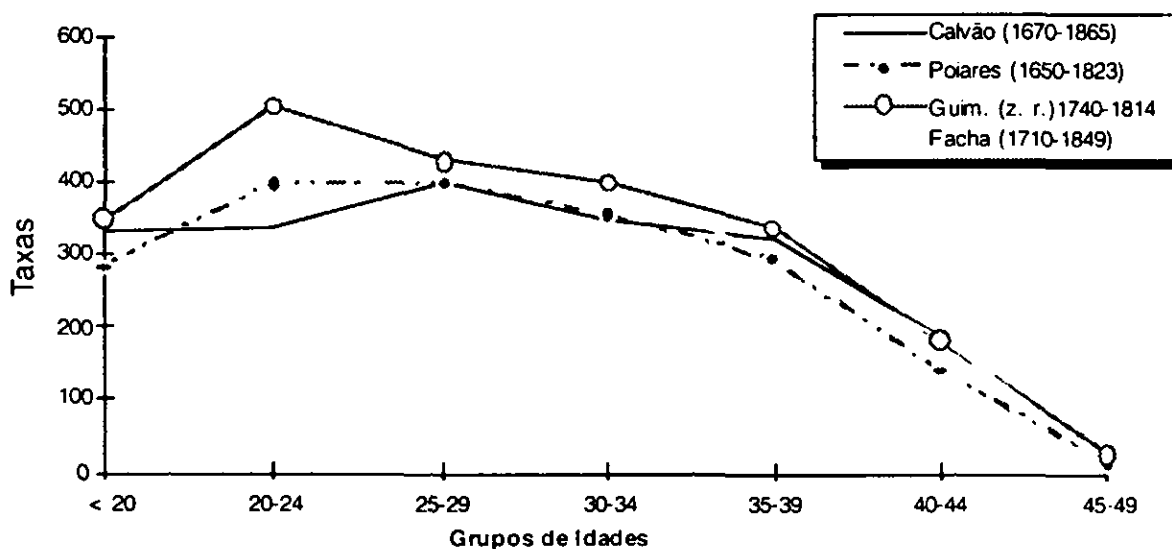
tiva» mais precoce. Sinal de uma melhor alimentação, favorecida com a introdução do feijão, do milho e da batata?

Se usarmos outro indicador, *Descendência Teórica* (dos 20 aos 49 anos), ou seja o número médio de filhos que essas gerações femininas teriam se vivessem em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos (Amorim, 1992: 125), encontraremos uma similitude entre os valores observados, nos dois períodos: 7,82 no primeiro e 7,99 filhos, no segundo período.

A fim de eliminarmos as possíveis influências aleatórias e de atendermos à evolução do aparecimento das primeiras «*regras*», que variam sensivelmente de uma população para outra, não incluímos, no cálculo da *Descendência Teórica*, o grupo de idades inferior a 20 anos, uma vez que o dados disponíveis são escassos e poderiam desvirtuar as taxas de fecundidade a calcular para este grupo de idades.

GRÁFICO 3

Taxas de fecundidade legítima em várias paróquias (mil mulheres)



Se compararmos as taxas de fecundidade por grupos de idades e D.T., de Calvão com a paróquia transmontana de Poiares,⁶ notamos que são muito próximas, enquanto se demarcam nitidamente

⁶ Poiares é das três paróquias do nordeste transmontano, estudadas por Norberta Amorim, que tem dados para uma maior espessura temporal.

em relação às paróquias minhotas, de Guimarães (zona rural) e da Facha (Machado, 1995: 57-59), com vantagem para estas.

Resta saber como se conjugaram os diferentes parâmetros fisiológicos, bem como as atitudes sociais e culturais, para favorecerem uma fecundidade mais forte, nas paróquias minhotas que em Trás-os-Montes. Dever-se-á a um conjunto de factores, que condicionam a amenorreia «*post-partum*», tais como a amamentação dos recém-nascidos? Ou, será que os diferentes níveis de fecundidade são o reflexo do tipo e da qualidade de subsistências, geradoras duma fecundidade mais débil nas paróquias de transmontanas?

3.2. Idade média da mãe ao nascimento do último filho

Como se comprova pelo quadro a idade média da mãe aquando do nascimento do último filho é bastante elevada, ultrapassando os 40 anos, em ambos os períodos, não se evidenciando uma tendência díspar de comportamentos reprodutivos, uma vez que a diferença entre eles não chega a atingir os cinco meses.

QUADRO 5

Idade da Mãe ao Nascimento do Último Filho

<i>Períodos</i>	<i>Nº de Obs.</i>	<i>Idade Média</i>
1670-1799	104	40,6
1800-1865	63	40,2

Porquanto, como explicar o facto do último filho do casal ocorrer, em média, aos 40 anos de idade da mulher? Não teremos aqui a prova da inexistência da difusão de práticas malthusianas?! Ou, será que a tendência de conceber o último filho em idades «*serô-dias*» se explica, em parte, pelo facto das mulheres celebrarem o seu primomatrimónio tardiamente, prolongando, deste modo, o seu potencial reprodutivo até idades mais avançadas?

Se compararmos a idade da mãe por ocasião do nascimento do último filho, por nós calculada, para Calvão, com os dados obtidos noutras paróquias, notámos que é ligeiramente superior às encontradas por Norberta Amorim para Poiães (1680-1849), e mais acentuada em relação a Cardanha e Rebordãos (Amorim, 1983/4: 576). Porém, comparando com as idades registadas em Guimarães,

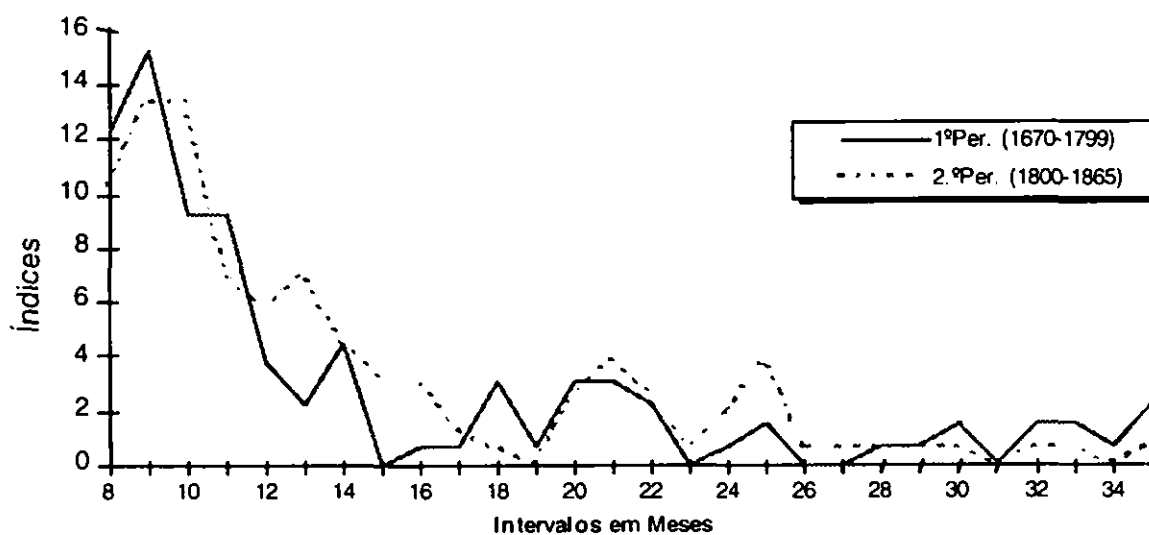
zona rural, de 1620-1814 (Amorim, 1987: 17), descobrimos já uma certa paridade. Cabe perguntar o porquê deste afastamento em relação às paróquias de Trás-os-Montes?

3.3. *Espaçamento entre os nascimentos*

3.3.1. Intervalo Protogenésico

No exame que fizemos do intervalo protogenésico considerámos, unicamente, os nascimentos distanciados do casamento oito ou mais meses, eliminando os casos de concepção pré-nupcial, cujo estudo se fará noutro momento. Do apuramento dos dados resultou o gráfico «Intervalo protogenésico, por índices», para os períodos considerados, por meses, até perfazer 3 anos de casamento.

GRÁFICO 4
Intervalo Protogenésico (Índices)



Da leitura da respectiva representação, notámos que as curvas evoluem de forma sensivelmente semelhante, avolumando-se entre os oito e os onze meses, com picos no nono, para o primeiro, e no nono e décimo, para o segundo período. A partir do primeiro ano de matrimónio verifica-se uma queda das frequências para percentagens próximas das três unidades, até ao vigésimo sexto mês, a partir do qual a frequência é reduzida.

Se considerarmos, agora, o intervalo protogenésico médio, para ambos os períodos e para todas as idades, notámos um espaçamen-

to, para toda a observação, de 19,6 meses, com um distanciamento temporal de 21,2 meses, no período de 1670 a 1799, e de 18,2 meses, no período de Oitocentos, traduzindo este comportamento uma maior dificuldade das mulheres em procriar, nos séculos XVII e XVIII.

QUADRO 6
Intervalo Protogenésico Médio

<i>Períodos</i>	<i>Nº Obs.</i>	<i>Meses</i>
1670-1799	131	21,2
1800-1865	157	18,2
1670-1865	288	19,6

Se compararmos o intervalo protogenésico médio encontrado para Calvão, com os obtidos para outras paróquias rurais conhecidas, Cardanha, Poiares, Guimarães e S. Pedro de Alvito, poderemos afirmar que as mulheres da nossa paróquia aguardavam, pelo seu filho primogénito, cerca de três meses mais que as outras ((Amorim, 1987: 192-193; Miranda, 1993: 122-123).

Se admitirmos que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é normalmente mais curto que os verificados entre dois nascimentos, uma vez que a mulher não fica sujeita a um «*tempo morto*», mais ou menos longo, não estaremos perante a chave que explicará a baixa fecundidade apurada em Calvão?

3.3.2. Intervalos Intergenésicos Médios

A importância destes intervalos como factor influente sobre os níveis de fecundidade é-nos dada por Jacques Dupâquier, entre outros, com base no estudo realizado sobre a fecundidade diferencial do Vexin Francês, para o século XVIII (Marcílio, 1984: 25-46). É neles que este demógrafo acha ter encontrado a pedra de toque da chamada «*fecundidade natural*» (Dupâquier, 1984: 166-168). Na verdade, mecanismos fisiológicos consorciavam-se com factores de ordem cultural, social e até económica, marcando os ritmos de reprodução dos casais.

Naturalmente que o intervalo entre a celebração do matrimónio e o primeiro nascimento será, certamente, mais curto que os seguin-

tes, como já referimos, uma vez que a existência de uma anterior progénie provocará uma amenorreia «*post-partum*», cuja extensão dependerá, além dos factores fisiológicos, dos hábitos culturais de cada comunidade, podendo ser somente de um ou dois meses, na ausência de aleitamento, ou, de 10 ou mais meses, em caso de amamentação.

A fim de estudarmos este comportamento de fecundidade, para Calvão, procurámos somente dissecar o primeiro intervalo, de acordo com os dados apresentados no quadro 7.

QUADRO 7
Primeiro Intervalo Intergenésico Médio (em meses)

<i>Períodos</i>	<i>Nº Obs.</i>	<i>Meses</i>
1670-1799	125	28,3
1800-1865	177	26,9
1670-1865	302	27,5

Segundo os dados, observamos que os valores encontrados, para todas as idades, apontam para espaçamentos mais dilatados durante o primeiro período que no segundo.

Em Calvão e Poiães, encontrámos intervalos intergenésicos médios, na ordem dos 27,5 meses, enquanto que em Guimarães se situam em torno dos 25,9 meses (Amorim, 1992: 140-142). Reforça-se, assim, a ideia de que os casais transmontanos tiveram uma fecundidade mais débil que as famílias do Baixo Minho.

3.4. *Duração das Uniões*

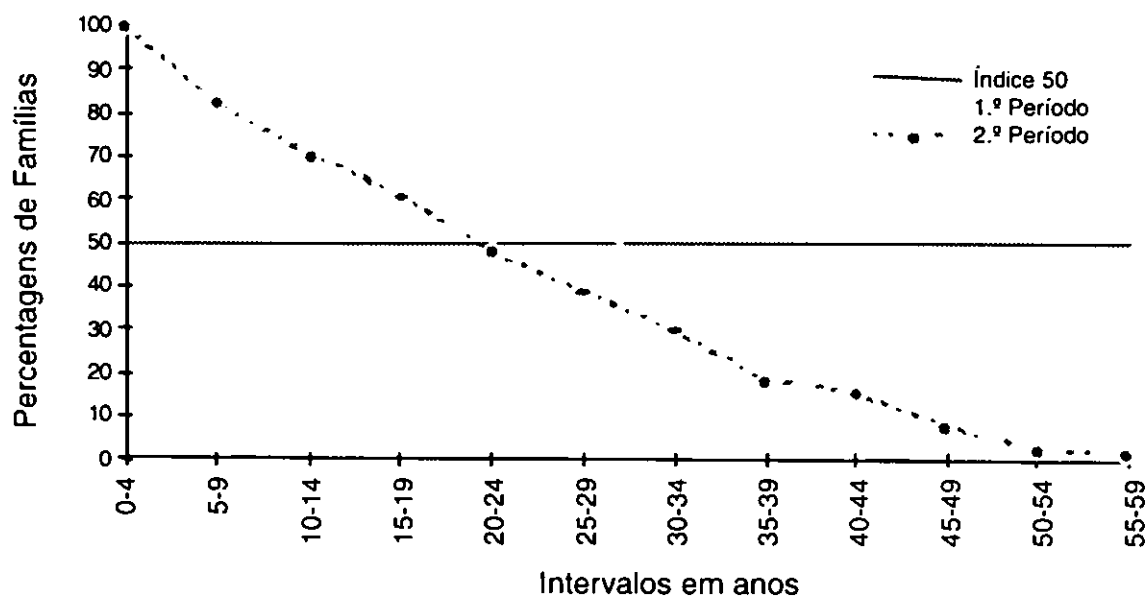
A duração da convivência conjugal é um dos mais importantes factores a privilegiar, no estudo da fecundidade, uma vez que é dentro do matrimónio que a sociedade do Antigo Regime, assegura, quase exclusivamente, a sua continuidade. Para o estudo deste indicador considerámos todos os casais com início e fim de união, independente da idade da mulher ao casamento e de se tratar ou não do primeiro, ou do segundo casamentos.

Em Calvão a duração média dos casamentos foi de 25,2 e de 20,5 anos, para o primeiro e segundo períodos, respectivamente, resultando uma média global de 23,3 anos, para toda observação.

Se tivermos em conta que as durações médias das uniões em Poiares e Sul do Pico, foram de 27,3 e 32,5 anos, respectivamente, para períodos similares, o número de anos de convivência conjugal é menor em Calvão. Mas quando confrontamos estes valores com os apresentados por J. Dupâquier para a Bacia parisiense, no tempo de Luís XIV, em que as durações médias dos casamentos oscilaram entre 22,2 e 23,3, anos ((Amorim, 1992: 48-49), notamos uma maior aproximação dos comportamentos. Não obstante, estes valores informam-nos que a mortalidade não poupou os cônjuges de Calvão, encurtando-lhes a vida em comum.

GRÁFICO 5

Anos vividos pelos casais de Calvão (em percentagens)



Se atendermos à representação gráfica da distribuição percentual acumulada das uniões por intervalos quinquenais, constatamos surpreendentemente que os matrimónios foram mais estáveis no período de Setecentos que no de Oitocentos!

Assim, 91,5 % dos casais, do primeiro período, e 82,4% do segundo, poderiam esperar uma convivência conjugal de pelo menos 5 anos; uma percentagem de 56,6 e 38,6 de casais, do primeiro e do segundo períodos, respectivamente, poderiam aspirar a celebrar as «bodas de prata»; enquanto que só 5,2 % dos casais, no primeiro, e 2,0% no segundo período, terão celebrado as «bodas de ouro». Nenhum casal sobreviveu além dos 60 anos de vida em comum.

Deste modo, verificamos que os casais formados durante o segundo período evidenciam um menor número de anos vividos em comum, para percentagens idênticas de famílias, fruto de uma ruptura mais precoce da convivência conjugal, pese, no entanto, o abaixamento da idade média ao primeiro casamento do sexo feminino. Terá sido esta tendência a responsável pela baixa fecundidade verificada no século XIX?

3.5. Número de filhos nascidos por união

Na análise do indicador, número de filhos por família, considerámos todas as famílias com início e fim de observação, quer fossem ou não fecundas, para os dois períodos que temos vindo a observar.

QUADRO 8

Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos

Nº de Filhos	Períodos			
	1670-1799		1800-1865	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%
0	61	22,4	34	22,2
1	27	9,9	11	7,2
2	25	9,2	21	13,7
3	19	7,0	15	9,8
4	30	11,1	10	6,5
5	17	6,3	17	11,1
6	26	9,6	14	9,2
7	28	10,3	8	5,2
8	21	7,7	6	3,9
9	4	1,5	7	4,6
10	5	1,8	7	4,6
11	5	1,8	1	0,7
12	2	0,7	2	1,3
13	2	0,7	-	-
Totais	272	100	153	100

De acordo com os dados observados é possível afirmar da existência de uma grande similitude na evolução do comportamento desta variável, ao longo dos dois períodos, não se vislumbrando indícios de controlo voluntário de natalidade. Notámos, ainda, um

abaixamento das percentagens de famílias quando passamos do sétimo para o oitavo filho, para o período de 1670-1699, e do sexto para o sétimo, de 1800 a 1865.

Numa sociedade rural do Antigo Regime, só circunstâncias excepcionais poderiam levar os casais a não desejarem descendência. Não obstante, cerca de 22% de famílias observadas, em idade de procriar, não tiveram filho algum conhecido, em ambos os períodos.

Se excluirmos as famílias infecundas, 44,1 % dos casais do primeiro período e 37,8% do segundo «*brotaram*» 6 filhos, enquanto que 52,1 das famílias tiveram cinco; porém, só 6,6 e 8,4 % «*deram à luz*» 10 filhos, para antes e depois de 1800. O número máximo de filhos conhecidos foi de 13 para o primeiro e 12 para o segundo período, perfazendo as percentagens de 0,9 e de 1,7 das famílias de Setecentos e de Oitocentos, respectivamente.

O número médio de filhos, foi de 3,9 e 3,8, para todas as famílias apreciadas, durante os primeiro e segundo períodos. Mas, se atendermos somente às famílias fecundas, as médias são acrescidas de 1,1 filhos, em ambos os períodos, o que fala *de per si* do peso das famílias infecundas na paróquia.

QUADRO 9

Número médio de filhos (nascidos por união)

<i>Paróquias</i>	<i>Nº filhos</i>
Guimarães (zona rural)	6,0
Alvito S. Pedro	3,6
Poiães	5,0
Calvão	5,0

Em termos comparativos, o número médio de filhos, por família fecunda, em Calvão, foi de 5, igualando o valor encontrado por Norberta Amorim, para Poiães (Amorim, 1983/4: 190), sendo, não obstante, superiores aos obtidos por Fernando Miranda, em Alvito S. Pedro, de 3,6 (Miranda, 1993: 131-134), para o período do Antigo Regime. Todavia, ficaram aquém do número médio de filhos achados, tanto para a zona rural de Guimarães, de 6, como para o Sul do Pico, de 5,5 filhos, em média, por família (Amorim, 1987: 196-197; Amorim, 1982: 148).

4. A Ilegitimidade

Segundo François Lebrun «*é no casamento que normalmente as crianças devem ser concebidas e nascer*», mas, muitas vezes, circunstâncias várias influíram para que tal não acontecesse. É na expressão deste fenómeno que muitos investigadores pretendem ver reflectida a influência da religiosidade e de ascetismo, que impregnaram as sociedades do Antigo Regime (Pérez Garcia, 1979: 111-113). Max Weber vai mais longe, vendo neste fenómeno «*uma das chaves da nossa demografia de tipo antigo, programada para o equilíbrio*» (Marcílio, 1984: 52), onde se conjugam, certamente, os comportamentos das variáveis demográficas, a moralidade religiosa, os factores económicos e as relações sociais.

4.1. Concepções Pré-Nupciais

Distinguimos seguidamente as concepções que terminaram em nascimentos antes dos oito meses de casamento, a que se convencionou designarem de pré-nupciais, que agrupámos por dois períodos, pese, no entanto, a penúria de dados.

Na elaboração do quadro «*Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses*», considerámos todas as famílias fecundas com data de casamento conhecida. As percentagens obtidas resultam do quociente da divisão do número de primeiros nascimentos ocorridos durante os zero e os 7 meses (completos) de casamento pelo número total de primeiros nascimentos legítimos, multiplicados por 100 (Henry, 1988: 149).

QUADRO 10
Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses

<i>Períodos</i>	<i>Nº Obs.</i>	<i>%</i>	<i>Intervalo Médio (meses)</i>
1670-1799	19	8,4	3,5
1800-1865	35	16,0	3,4

De acordo com os dados apresentados verificamos que a percentagem de concepções pré-nupciais, quase duplica quando passamos dos séculos XVII-XVIII para o século XIX. Esta mudança indicará uma maior tolerância, da sociedade da paróquia, em relação à convivência íntima entre os noivos?

Se tomarmos o intervalo médio em meses, detectámos uma certa paridade, ainda que para o primeiro período, a noiva tenha que esperar mais uns dias para que o sedutor «*repare*» o seu acto, com o casamento. Não obstante, na análise deste comportamento devemos ter em conta a «*influência de maiores demoras nos processos de licenciamento, no caso de consanguinidade entre os noivos*» como refere Norberta Amorim (Amorim, 1992: 159).

4.2. *Filiação Natural*

Para analisarmos a nervosidade da fecundidade extra-matrimonial da paróquia, socorremo-nos dos dados provenientes dos assentos paroquiais onde estava explicitamente lavrada a filiação ilegítima, quer fosse de mãe solteira, casada ou viúva. Tivemos, ainda, o cuidado de separar os filhos naturais das crianças enjeitadas, visto que estas poderão ser ou não ilegítimas. Com base nos dados arrolados construámos um quadro com o número de baptismos legítimos, de filhos naturais e enjeitados, do qual resultou o quadro «*evolução da ilegitimidade e enjeitados*» por períodos.

Como se pode verificar, pelo quadro, a taxa de ilegitimidade foi de 8,7% para toda a observação, passando de 2,8%, quase insignificante e próxima da europeia, nos finais do século XVII e princípios do seguinte, para 14,5% nos meados de Oitocentos, aproximado-se dos valores alcançados pelas paróquias minhotas, apesar do celibato definitivo diminuir e baixar a idade média à primonupcialidade, na paróquia.

QUADRO 11
Evolução da ilegitimidade e enjeitados (por períodos)

<i>Períodos</i>	<i>Total Baptizados</i>	<i>Total ilegítimos</i>	<i>% de ilegít.</i>	<i>Enjeitados</i>
1680-1699	290	8	2,8	1
1700-1749	748	40	5,3	4
1750-1799	634	62	9,8	3
1800-1849	1137	90	7,9	3
1850-1869	736	107	14,5	3
Totais	3545	307	8,7	14

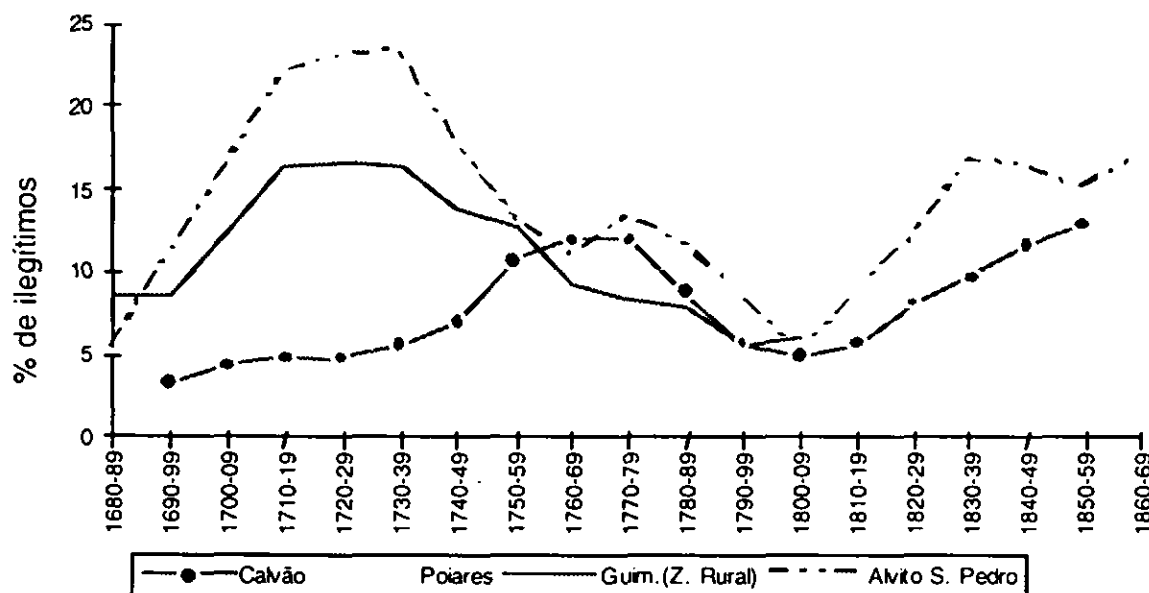
Se compararmos os valores atingidos da filiação ilegítima, na paróquia de Calvão, com os obtidos em outras paróquias rurais de

Trás-os-Montes e do Minho, verificámos que eles estão muito próximos dos registados nas paróquias transmontanas, de Cardanha, Poiães e Rebordãos, mas ficam-se muito aquém das minhotas, de Guimarães e de Alvito S. Pedro (Amorim, 1983/4: 384-390; Amorim, 1987: 231-238; Miranda, 1993: 136-151).

Contudo, quando comparada com os valores atingidos na Europa (Flinn, 1989: 118-121 e 165-168), a situação é bem diferente, apresentando resultados sempre superiores, pois, «antes de 1790 apenas em Espanha se encontraram percentagens de filiação ilegítima a atingir os 5%. No período de 1780-1820 a percentagem aumenta em todos os países mas só na Alemanha ultrapassa os 10%» (Amorim, 1987: 239). O mesmo sucedeu no sul da ilha do Pico onde os níveis de ilegitimidade foram mais baixos do que nas referidas paróquias do continente (Amorim, 1992: 162).

GRÁFICO 6

Filiação Ilegítima em diversas paróquias (médias móveis de três períodos)



Assim, para o norte do nosso país, desenham-se duas realidades bem diferenciadas: o Baixo Minho, com altas taxas de filiação natural, onde «mais de 12 % dos nascidos podia não o ser em família legítima, chegando a atingir-se pontualmente percentagens superiores a 30%» (Amorim, 1995: 10); e a transmontana, com taxas menos fortes, ainda que estas possam subir no século XIX.

4.3. Os Enjeitados

Se tomarmos, ainda, em consideração o quadro «*Evolução da ilegitimidade e enjeitados*», que temos vindo a apreciar, descobrimos a fraca expressão do abandono de recém-nascidos. Diríamos que ele constitui um acontecimento excepcional e raro, na vida da paróquia, pois, ao longo das dezanove décadas que estudámos apenas registamos catorze casos. Mas, pouco ficámos a saber da origem destas crianças, por isso, não podemos garantir se elas foram abandonadas pelos residentes da paróquia, ou pelos vizinhos das paróquias contíguas. Admitimos também que estes enjeitados tanto poderiam ser fruto de um amor extraconjugal e ilícito, como filhos legítimos de famílias que pontualmente estavam em dificuldades.

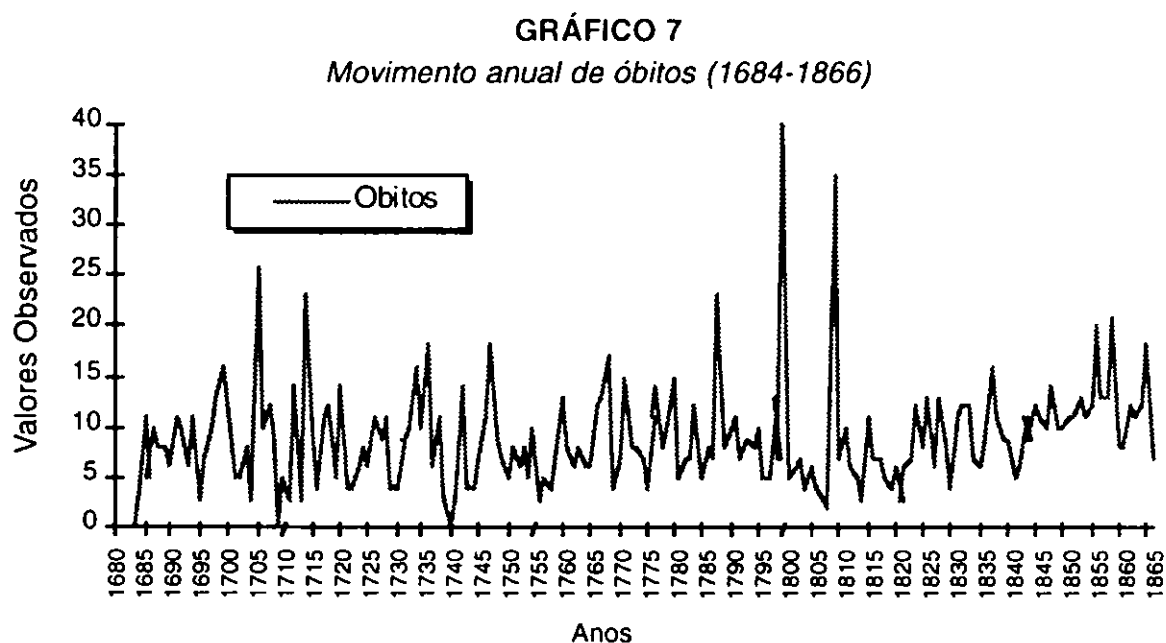
5. A Mortalidade

5.1. A Mortalidade Excepcional

As elevadas taxas de mortalidade foi um dos traços mais característicos do Antigo Regime, afectando mormente nos primeiros anos de vida. Com efeito, tudo se conjugava para que assim fosse: a volubilidade das condições sócio-económicas; as precárias condições higiénicas; além da incapacidade da medicina perante a maioria das doenças, que degeneravam frequentemente em surtos epidémicos.

Mas o ritmo «*normal*» da mortalidade é surpreendido por flutuações, mais ou menos marcantes, de frequência regular, designadas por crises de mortalidade, ou por crises demográficas, as grandes delapidadoras do capital humano acumulado, em períodos normais, regulando a evolução demográfica ao longo de vários séculos (Bideau, 1984: 71). Vicente Pérez Moreda, Lourenzo Del Panta e Livi-Bacci, entre outros, consideram a mortalidade como «*o elemento regulador por excelência*», das populações do passado, quando reveste a forma de crise (Pérez Moreda, 1980: 60-61). A estas alterações de mortalidade seguiam-se as de nupcialidade e das concepções. Com efeito, depois de uma crise, as populações atingidas punham em funcionamento mecanismos de tipo autor-regulador, quer pela utilização do seu potencial procriativo, quer pela modificação de atitudes individuais e colectivas, iniciando um processo de reconstrução demográfica, mais ou menos rápido, de acordo com a natureza e duração da crise (Bideau, 1984: 63-64).

Da leitura do gráfico «*movimento de óbitos por anos civis*», distinguimos alterações bruscas do volume de óbitos que casualmente abalam o movimento «*normal*» do fenómeno, designadamente nos anos de 1705, 1714, 1788, 1800 e 1809.



FONTE: Registros paroquiais de Calvão

Para classificar os «*acidentes de mortalidade*» observados na paróquia, usamos a metodologia de Dupâquier (Pérez Moreda, 1980: 103-105), baseada no volume anual de óbitos e na média aritmética de mortes dos dez anos enquadrantes ao «*acidente*» de sobremortalidade, assumindo o fenómeno uma caracterização de *crise forte* nos anos de 1705 e 1789, com a intensidade de 4,3 e 4,9, respectivamente. A de 1714, com 3,8 de intensidade, foi uma *crise média*, enquanto que as de 1800, com 12,8, e a de 1810, com 10,2, foram *crises maiores*.

5.2. *Mortalidade infantil e infanto-juvenil*

O sub-registo de mortalidade infantil até cerca de 1857 restringiu a nossa análise a um pequeno período de 10 anos, servindo-nos, por isso, tão-só como indicador do comportamento.

Segundo o quadro constatámos que, apesar da exiguidade dos dados, a pernilagem de crianças falecidas durante o primeiro ano

de vida é baixa, quedando-se apenas pelos 109 em mil (dados não corrigidos). Sublinhe-se, ainda, que o número de crianças falecidas do sexo feminino é ligeiramente superior ao do masculino, contrariando a tendência de que durante o primeiro ano de vida morrem mais rapazes que raparigas (Henry, 1988: 26-27).

QUADRO 12

Mortalidade Infantil (por mil crianças). (1857 - 1866)

<i>Óbitos até ao 1 ano</i>				
<i>Total de nascidos</i>	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	<i>sexos reunidos</i>	<i>Quociente de mortalidade</i>
373	18	23	41	109

Se compararmos estes resultados com os encontrados no Sul do Pico (Amorim, 1992: 217-219) e de Alvito S. Pedro (Miranda, 1993: 207-208), para períodos semelhantes, verificámos que a morte foi mais suave com as crianças de Calvão.

Por fim, se cotejarmos, estes quocientes de mortalidade infantil, com os evidenciados em alguns países europeus, indicados no quadro 13 (Flinn, 1989: 182-188), notamos claramente que as crianças de Calvão estavam mais protegidas da morte que nas demais zonas em confronto.

QUADRO 13

Mortalidade infantil em diversos países da Europa (por mil nascidos). (1780-1820)

<i>Países</i>	<i>Quocientes</i>
Alemanha	236
Espanha	220
França	195
Inglaterra	122

Se nos debruçarmos, agora, sobre os óbitos até aos sete anos de idade, segundo o respectivo quadro, por sexos, notámos para Calvão uma mortalidade infanto-juvenil ligeiramente superior a Alvito S. Pedro (314) (Miranda, 1993: 207-208), mas mais singela que Poiães (409) (Amorim, 1983/4: 209-210), para períodos relativamente próximos.

QUADRO 14
Mortalidade até aos 7 anos). (1857 - 1866)

Óbitos até aos 7 anos				
Total de nascidos	Masc	Fem	sexos reunidos	Quociente de mortalidade
373	57	76	133	356

Também, à semelhança do verificado para a mortalidade infantil, são as raparigas as mais vulneráveis à morte, com 76 óbitos, contra 57 falecimentos de rapazes.

5.3. *Níveis de Mortalidade Adulta. Esperança de Vida*

Para o estudo dos níveis de mortalidade adulta acompanhámos um grupo de gerações nascidas entre 1680 a 1780, de casados ou que vieram a casar, maiores de 25 anos de idade,⁷ e tomando como fim de observação o registo de óbito. Para quem não pode contar com registos de mortalidade infantil e sendo sempre difícil a identificação dos indivíduos solteiros ao óbito, a opção de uma abordagem do fenómeno para casados maiores de 25 anos, confere maior fiabilidade ao estudo, uma vez que o casamento retira mobilidade aos indivíduos, evitando-se, assim, o efeito perturbador gerado pela emigração (Amorim, 1993: 55).

O enquadramento temporal prende-se, por um lado, com o início e fim da observação, e, por outro, com a pretensão de acompanharmos o ciclo vital do indivíduo pelo menos durante 85 anos, e não mais porque além dessa idade o número de indivíduos sobreviventes é reduzido.

A partir do quadro e da representação gráfica «*Esperança de vida, indivíduos casados maiores de 25 anos*», verificámos que, para as gerações nascidas entre 1680 e 1780, à idade exacta de 25 anos, a esperança de vida era ainda de 39 anos, para os homens, e de 35,9, para as mulheres.

⁷ Louis Henry refere assim: «uma parte dos adultos, ou seja, dos que pertençam às categorias de pouca mobilidade, para que a proporção dos óbitos que faltam seja fraca (...). Limitar-nos-emos, pois, ao estudo das pessoas casadas ou viúvas», (1988:175).

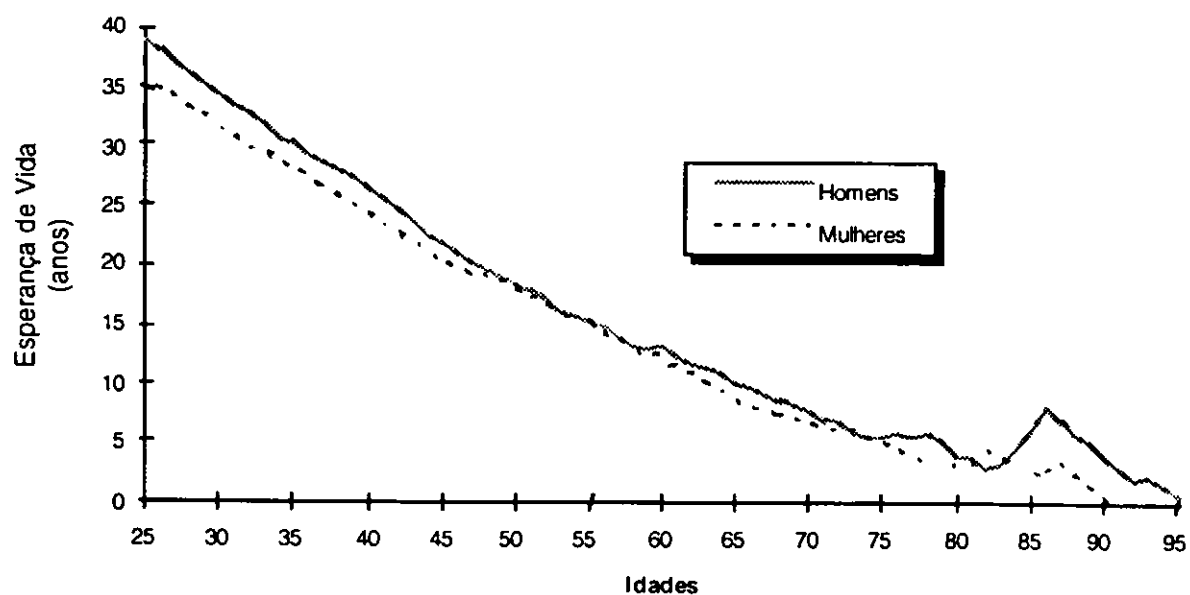
QUADRO 15

*Esperança de vida. Individuos casados maiores de 25 anos.
Gerações nascidas de 1680 a 1780 (por sexos)*

<i>Idades</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
25	39,00	35,87
30	34,25	31,62
35	30,41	27,83
40	26,48	24,47
45	21,85	20,35
50	18,47	17,98
55	15,26	15,13
60	12,97	12,02
65	10,04	8,66
70	7,86	6,94
75	5,66	5,17
80	3,94	3,17
85	6,17	2,83
90	4,00	0,50
95	0,50	0,00

GRÁFICO 8

*Esperança de vida. Individuos casados maiores de 25 anos.
Gerações nascidas de 1680 a 1780 (por sexos)*



Da análise fica, ainda, bem clara a desigualdade entre os comportamentos dos homens e das mulheres, com nítida superioridade

para os primeiros. De facto, os homens capitalizavam uma maior esperança de vida que as suas companheiras em quase todas as idades da sua trajectória de vida. A diferença entre os sexos atingiu um máximo de cerca de 3 anos nas primeiras idades em observação, evidenciando as mulheres uma perspectiva de sobrevivência menos optimista que os seus cônjuges, até por volta dos 45 anos. Nas idades seguintes, homens e mulheres, passam a contar com quocientes de sobrevivência sensivelmente semelhantes até cerca dos 60 anos. Nas idades mais idosas há mais homens que mulheres à espera da morte.

O que explica este desnível da esperança de vida entre os dois grupos em confronto? Um maior sacrifício das mulheres dentro do casamento?

Seguidamente estabelecemos a comparação entre a esperança de vida dos casados maiores de 25 anos calculadas para Calvão, com os valores encontrados por Norberta Amorim para Poiares e Ronfe (1993: 45-63), para períodos semelhantes,⁸ segundo o quadro e correspondente representação gráfica. Através da sua leitura notámos que a trajectória delineada pela esperança de vida dos casados ou viúvos de Calvão evoluiu aproximando-se da paróquia minhota e superiorizando-se à de Poiares.

O desnível mais pronunciado entre as trajectórias da esperança de vida verifica-se nas primeiras idades observadas, sendo inferior em cerca de 2 anos em relação a Ronfe e superior em 6,8 anos face a Poiares, diminuindo progressivamente até às idades mais avançadas. Sublinhe-se, no entanto, que nas idades mais idosas os residentes de Calvão têm uma perspectiva de vida mais favorável.

Como já vimos, não se pense que a morte tenha sido benevolente com os nascidos na nossa paróquia, pois, quando comparámos a esperança de vida, à idade exacta do vigésimo quinto aniversário, de um paroquiano de Calvão, de 37,3 anos⁹ com a de um insular de S. João (Amorim, 1993: 56-58), do Sul do Pico, que podia esperar viver 43,2 anos, verificámos uma perspectiva de sobrevivência bem menos optimista, em cerca de 5,9 anos.

8 No período de 1680-1780, para Calvão, e de 1700 a 1789, para Poiares e Ronfe.

9 Valor correspondente aos «sexos reunidos», para as gerações nascidas entre 1680-1780.

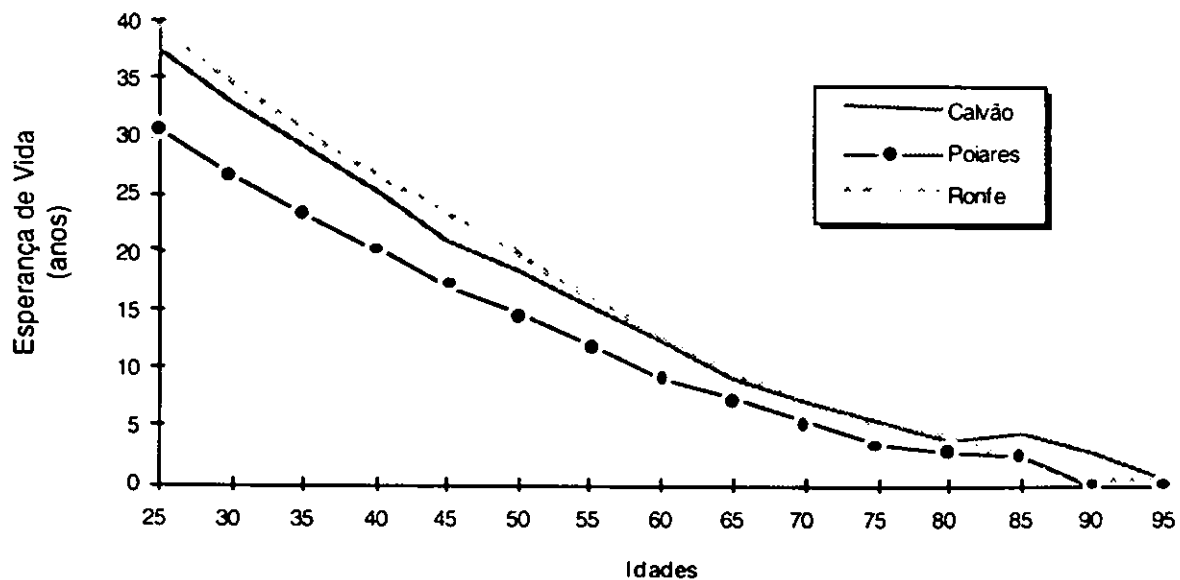
QUADRO 16

*Esperança de vida comparada. Indivíduos casados (sexos reunidos)
(Gerações nascidas até finais do século XVIII)*

<i>Idades</i>	<i>Calvão</i>	<i>Poiares</i>	<i>Ronfe</i>
25	37,26	30,49	39,28
30	32,80	26,55	34,56
35	28,99	23,29	30,56
40	25,38	20,11	26,49
45	21,04	17,10	23,32
50	18,21	14,63	19,63
55	15,19	11,79	15,96
60	12,46	9,13	12,36
65	9,29	7,22	9,54
70	7,09	5,34	7,27
75	5,42	3,40	5,04
80	3,63	2,95	4,13
85	4,50	2,5	1,88
90	2,83	0	0
95	0,5	0	0

GRÁFICO 9

*Esperança de vida comparada. Indivíduos casados de três paróquias
(sexos reunidos).
(Gerações nascidas até finais do século XVIII)*



Como explicar uma esperança de vida mais desfavorável nas paróquias transmontanas?

Não será de admitir que estes resultados poderão ser consequência das condições de vida e de uma alimentação pouco diversificada, bem como da rigorosidade do clima durante o inverno, como antes já afirmámos?

6. Conclusão

Em síntese, estamos perante um «*sistema*» demográfico que se caracteriza por uma idade tardia ao primeiro casamento, um persistente celibato definitivo, elevados intervalos intergenésicos, baixas taxas de fecundidade legítima e ilegítima, com uma suavidade de mortalidade dos maiores de 25 anos de idade, que se conjugaram para equilibrar a população a determinados níveis no espaço da paróquia. Embora este quadro se aproxime do «*sistema*» demográfico das paróquias transmontanas de Poiares, Rebordãos e Cardanha, alguns mecanismos apontam, com certas cautelas, para uma sub-região transmontana, com particularidades nos comportamentos demográficos, pelo que só um trabalho de «*reconstituição*» alargado às paróquias circundantes darão consistência às nossas constatações.

Bibliografia

- AMORIM, M.^a Norberta, 1982, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.
- AMORIM, M.^a Norberta, 1983 e 1984, *S. Pedro de Poiares e a Sua População de 1561 a 1830*, in *Revista Brigantia*.
- AMORIM, M.^a Norberta, 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.
- AMORIM, M.^a Norberta, 1992, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico, de 1680 a 1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- AMORIM, M.^a Norberta, 1993, «As Diferenças de Comportamento Demográfico no Antigo Regime - O Caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Freixo)», In *Revista de Guimarães - Sociedade Martins Sarmiento*, Vol. 103, Guimarães, pp. 45-64.

- AMORIM, M.^a Norberta, 1993, «Reconstituição de paróquia e análise demográfica. Estudo comparado de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850» comunicação apresentada ao III Congresso da A.D.E.H., Braga.
- AMORIM, M.^a Norberta, 1995, «História da Família em Portugal: Uma história em marcha», in *Ler História*, n.º 29, pp. 5-17.
- BIDEAU, A., 1984, «Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais» in M. L. Marcílio (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petropolis, Vozes, pp. 47-68.
- DUPÂQUIER, J., 1972, «De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles», in *Revue de L'Institut de Sociologie*.
- DUPÂQUIER, J., 1979, *La population rural du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S.
- DUPÂQUIER, J., 1984, *Pour la démographie historique*, Paris, P.U.F.
- FLANDRIN, Jean-Louis, 1991, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Editorial Estampa.
- FLINN, Michael W., 1989, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Crítica.
- HAJNAL, J., 1965, «European marriage patterns in perspective», in D. V. Glass e Eversley D. E. C. (eds.), *Population in History*, Londres.
- HENRY, Louis, 1976, *Demografia*, Barcelona, Labor Universitaria.
- HENRY, Louis, 1988, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, tradução portuguesa de J. Manuel Nazareth, Lisboa, Gradiva.
- LEBRUN, François, 1983, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, tradução portuguesa de M. Carolina Queiroga Ramos, Lisboa, Edições Rolim, Coleção Prisma.
- LIVI-BACCI, Massimo, 1984, «Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise de consequências» in M.^a L. Marcílio (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 69-109.
- MACHADO, Maria Arminda, 1995, *S. Miguel da Facha, 1710-1989*, dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, policopiado.
- MARCÍLIO, M. L. (org.), 1984, *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- MENDES, J. Amado, 1981, *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*, Coimbra, I.N.I.C.
- MIRANDA, Fernando da Silva, 1993, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, 1567-1989*, Barcelos, Edição da Junta de Freguesia.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Histórica Portuguesa*, Presença, Lisboa.

- O'NEILL, Brian Juan, 1981, *Proprietários, Jornaleiros e criados numa aldeia Transmontana desde 1886*, in *Estudos Contemporâneos*, nº 2/3, Porto.
- PÉREZ GARCIA, J. M., 1979, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera*, Universidad de Santiago.
- PÉREZ GARCIA, J. M., 1988, «Estado de la demografía histórica en Galicia (siglos XVI-XVIII)» in Vicente Pérez Moreda e David-Sven Reher (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 297-304.
- PÉREZ MOREDA, V e Reher, David-Seven (eds.), 1988, *Demografía Histórica en España*, Ediciones el Arquero.
- PÉREZ MOREDA, V., 1980, *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veintiuno.
- ROWLAND, Robert, 1988, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional» in Vicente Pérez Moreda e David-Sven Reher (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 72-137.